

Artigo 30.º

1- As candidaturas para os órgãos nacionais são apresentadas perante o presidente da mesa da assembleia geral, em lista única.

2- A apresentação das listas de candidaturas deve ser feita no prazo de 15 dias após publicação do anúncio convocatório.

3- Cada candidatura para os órgãos nacionais terá de ser subscrita, por pelo menos, 15 % dos associados.

Artigo 31.º

A organização do processo eleitoral compete à mesa da assembleia geral que deve, nomeadamente:

- a) Convocar a assembleia eleitoral;
- b) Organizar os cadernos eleitorais;
- c) Deliberar sobre forma, local e os horários de funcionamento das mesas de voto, tendo em consideração a necessidade de assegurar aos associados a possibilidade de participação no ato eleitoral.

Conselho consultivo

Artigo 32.º

1- O conselho consultivo é composto por personalidades de reconhecido mérito convidadas pela direção.

2- A organização e o funcionamento do conselho consultivo são definidos por regulamento interno, a aprovar pelos seus membros, mediante proposta da direção.

3- O apoio logístico e administrativo necessário ao funcionamento do conselho consultivo é assegurado pela direção.

4- Qualquer membro dos órgãos sociais do SNO pode assistir às reuniões do conselho consultivo, sem direito a voto.

5- Os membros do conselho consultivo podem participar nas reuniões da direção, quando convocado para o efeito, bem como nas assembleias gerais, sem direito a voto.

Artigo 33.º

1- O conselho consultivo é o órgão de consulta, apoio e participação na definição das linhas gerais da actuação do SNO, competindo aos seus membros:

a) Pronunciar-se acerca do plano e relatório de atividades do SNO;

b) Pronunciar-se sobre quaisquer questões que a direção lhe coloque relativamente a quaisquer situações inerentes às actividades que constituem os fins do SNO, e colaborar com a direção nesse âmbito;

c) Dar parecer sobre outras matérias específicas que para tal lhe sejam submetidas pela direção;

c) 1- O parecer deve ser emitido no prazo máximo de 30 dias, findos os quais a federação, na ausência de parecer dentro desse prazo, é livre de definir livremente a matéria objeto de consulta;

c) 2- O parecer referido no número anterior não é vinculativo mas o SNO deve justificar fundamentadamente os motivos da não adoção do parecer emitido pelo conselho consultivo, ou parte dele, caso decida não seguir o parecer objeto de consulta.

Receitas

Artigo 34.º

Constituem fundos do SNO:

- a) A joia de inscrição e as quotas dos associados;
- b) As receitas extraordinárias;
- c) As contribuições extraordinárias;
- d) Quaisquer doações, heranças, legados ou outras receitas que lhe venham a ser atribuídas ou que angarie;
- e) As receitas que forem deliberadas pela direção, por iniciativa própria ou por sugestão de qualquer associado.

Artigo 35.º

As receitas terão as seguintes aplicações:

- a) Pagamento de todas as despesas e encargos resultantes das atividades consentânea com as finalidades prosseguidas pelo SNO;
- b) Constituição de um fundo de reserva, que será representado por 10 % do saldo anual das contas de gerência, destinado a fazer face a circunstâncias imprevistas e de que a direção disporá.

Fusão e dissolução

Artigo 36.º

1- A fusão e a dissolução do SNO só se pode verificar por deliberação da assembleia geral expressamente convocada para o efeito, tomada por pelo menos dois terços dos associados, em escrutínio secreto.

2- A assembleia geral que deliberar a fusão ou dissolução do SNO definirá, obrigatoriamente, os termos em que tal se processará.

3- Os bens do SNO não podem, em caso algum, ser distribuídos pelos associados.

Registado em 27 de janeiro de 2021, ao abrigo do artigo 447.º do Código do Trabalho, sob o n.º 4, a fl. 196 do livro n.º 2.

Sindicato dos Profissionais de Polícia da Polícia de Segurança Pública - SPP/PSP - Alteração

Alteração de estatutos aprovada em 15 de outubro de 2020, com última publicação no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 20, de 29 de maio de 2020.

CAPÍTULO I

Denominação, âmbito e sede

Artigo 1.º

Denominação

1- É constituído, ao abrigo e em conformidade com a lei

portuguesa, o Sindicato dos Profissionais de Polícia da Polícia de Segurança Pública, abreviadamente designado por SPP/PSP.

2- O SPP/PSP reger-se-á pelos presentes estatutos, pela legislação nacional em vigor e pelos regulamentos internos aprovados pelos órgãos estatutários competentes.

Artigo 2.º

Sede e delegações

1- O SPP/PSP exerce a sua atividade por tempo indeterminado, em todo o território nacional, tem a sua sede em Lisboa, podendo esta ser alterada de acordo com a deliberação da assembleia geral sob proposta da comissão diretiva.

2- Podem, ainda, ser criadas distritais pela comissão diretiva, onde se justifiquem pela necessidade de uma participação direta dos associados.

3- De igual forma, podem ser extintas as distritais por deliberação da comissão diretiva.

Artigo 3.º

Âmbito

O SPP/PSP representa todos os profissionais de Polícia de Segurança Pública que se encontrem no ativo, independentemente da carreira ou categoria hierárquica.

CAPÍTULO II

Princípios fundamentais e objetivos

Artigo 4.º

Princípios fundamentais

1- O SPP/PSP rege toda a sua ação pelos princípios da liberdade democrática, da igualdade, do pluralismo e da independência.

2- A democracia constitui referência fundamental e permanente de toda a ação do sindicato, a qual assenta em princípios da igualdade e no dever e direito de participação dos associados, bem como no direito de elegerem ou destituírem os dirigentes e na garantia do direito de livre expressão, assegurando sempre o respeito e o acatamento das deliberações da maioria.

Artigo 5.º

Objetivos

1- Ao SPP/PSP compete representar os seus associados, interna ou externamente, na defesa dos seus direitos fundamentais, na defesa da aplicação dos princípios da administração pública na esfera jurídica daqueles, dos seus interesses estatutários, profissionais, sociais e deontológicos, nomeadamente abordando todos os problemas relacionados com a sua atividade profissional e a sua função enquanto agentes da PSP, podendo ainda serem criadas comissões de estudo ou grupos de trabalho, a definir pela comissão diretiva.

2- Na prossecução das finalidades indicadas no número anterior do presente artigo, o SPP/PSP utilizará todos os meios legais ao seu alcance.

Artigo 6.º

Relações com outras organizações

O SPP/PSP pode estabelecer e manter relações com organizações sindicais ou profissionais nacionais ou internacionais, que sigam objetivos análogos, e constituir formas de cooperação, nomeadamente através da constituição de organizações de maior amplitude, a definir entre a comissão diretiva e aquela(s), atendendo aos limites legalmente estipulados.

CAPÍTULO III

Associados - Direitos e deveres

Artigo 7.º

Filiação

1- O SPP/PSP terá três categorias de sócios: efectivos, auxiliares e honorários.

2- Podem ser sócios efectivos, todos os profissionais da Polícia de Segurança Pública, que se encontrem no ativo, independentemente da carreira ou categoria hierárquica.

3- Consideram-se sócios auxiliares as pessoas singulares ou colectivas que não sendo sócios efetivos, contribuam voluntariamente com uma cota para o sindicato após decisão da comissão diretiva.

4- Consideram-se sócios honorários as pessoas singulares ou colectivas que a assembleia geral deva considerar como tais, tendo sempre em conta o mérito e os serviços prestados ao sindicatos, contribuam voluntariamente com uma cota para o sindicato.

Artigo 8.º

Admissão

1- O pedido de admissão de um novo sócio é efetuado mediante inscrição apresentada por qualquer meio idóneo, seja por fax, email ou qualquer outro.

2- O presidente poderá recusar a admissão de novo sócio, tendo que fundamentar e comunicar essa decisão ao interessado, por escrito, no prazo máximo de 30 dias úteis.

3- Da decisão que recusar a inscrição do sócio, pode o interessado, no prazo de 10 dias úteis a contar da notificação dessa decisão, interpor recurso para comissão diretiva.

4- O recurso da decisão de recusa da admissão de sócio será apreciado pela comissão diretiva, que decidirá e comunicará ao interessado, no prazo máximo de 90 dias úteis.

Artigo 9.º

Direito dos sócios

São direitos dos sócios:

1- Sócios efectivos:

a) Eleger e ser eleito para os órgãos sociais do sindicato, bem como destituí-los nos termos previstos nos presentes estatutos;

b) Participar nas atividades do sindicato de forma voluntária e construtiva, garantindo o bom funcionamento asso-

ciativo;

c) Beneficiar de todas as condições de trabalho e outros direitos sociais, profissionais, económicos e culturais obtidos com e pela intervenção do sindicato;

d) Usufruir dos benefícios alcançados pelo sindicato, nomeadamente com os protocolos que este celebre com as empresas privadas;

e) Beneficiar de homenagens sindicais, que lhe sejam atribuídas pelo sindicato;

f) Ser informado das atividades desenvolvidas pelo sindicato;

g) Requerer à comissão diretiva a consulta dos documentos da contabilidade do sindicato, nos termos por esta definida;

h) Recorrer das deliberações dos diversos órgãos, nos termos previstos nos presentes estatutos;

i) Retirar-se em qualquer altura do sindicato, mediante comunicação por escrito, sem prejuízo do pagamento das quotas e outras prestações devidamente determinadas pelo sindicato, que estejam em dívida à data da saída de associado deste sindicato;

j) Beneficiar dos serviços disponibilizados pelo SPP/PSP no âmbito da assistência jurídica e/ou psicológica para assuntos de ordem profissional;

k) Serem reembolsados pelo sindicato sempre que, na qualidade de dirigentes ou delegados, pelos gastos decorrentes da atividade sindical e/ou sempre que no exercício gratuito de cargos dos órgãos sociais e das comissões percam total ou parcialmente a remuneração devida ou quaisquer outras prestações, designadamente subsídios, desde que devidamente comprovados e previamente aprovados pela comissão diretiva.

2- Sócios auxiliares têm todos os direitos dos sócios efetivos, excepto:

a) Votar e serem votados em eleições dos corpos sociais;

b) Praticar actividades que por regulamentação do regime dos direitos do pessoal com funções policiais lhe sejam vedadas;

c) Quando do exercício destes direitos resulte serem preteridos os direitos dos sócios efetivos.

Artigo 10.º

Deveres dos sócios

São deveres dos sócios:

1- Cumprir todas as determinações dos presentes estatutos, bem como as deliberações dos órgãos competentes;

2- Pagar mensalmente a respetiva quota, cujo montante será fixado em assembleia geral ou quaisquer outras contribuições estabelecidas pelo sindicato ao(s) sócio(s);

3- Participar em todas as atividades do sindicato, mantendo-se sempre informado e atualizado acerca das mesmas;

4- Aceitar os cargos para que for eleito ou nomeado, salvo nos casos de justificado impedimento, desempenhando-os com apuro, lealdade, zelo e dentro das orientações fixadas pelos estatutos e/ou pelos órgãos para os quais tenham sido eleitos ou nomeados;

5- Exercer gratuitamente os cargos dos órgãos e das comissões para que tenham sido eleitos ou nomeados;

6- Defender, intransigentemente, a independência e a isenção do sindicato, bem como os princípios democráticos e o pluralismo interno, combatendo as manifestações ou práticas que lhe forem contrárias, nomeadamente através do encaminhamento de toda a informação útil recolhida para os órgãos competentes;

7- Contribuir para a difusão dos objetivos do sindicato e para o incremento da organização sindical nos locais de trabalho;

8- Agir solidariamente com as posições do sindicato na defesa do interesse coletivo, ainda que de alguma forma possa contrariar a sua posição individual;

9- Comunicar, por escrito, ao sindicato, no prazo de 10 dias úteis, qualquer alteração da sua situação profissional, bem como eventual mudança de residência;

10- Ficar obrigado à confidencialidade e sigilo, quando assim seja determinado pelo sindicato.

Artigo 11.º

Quota

1- A joia e/ou quota mensal a pagar pelos sócios serão fixadas por deliberação tomada em assembleia geral.

2- A cobrança das quotas faz-se através de desconto direto no vencimento do sócio, por intermédio da direção nacional da PSP, por transferência bancária e, excepcionalmente, por entrega direta nos serviços do sindicato.

CAPÍTULO IV

Regime disciplinar

Artigo 12.º

Exercício

O poder disciplinar é exercido pelo conselho de disciplina, cabendo recurso das suas decisões para a comissão diretiva.

Artigo 13.º

Sanções

1- Os sócios que em consequência de infração dêem motivos a procedimento disciplinar poderão sofrer as seguintes punições:

a) Repreensão escrita;

b) Suspensão até dois anos;

c) Expulsão.

2- A pena de expulsão será aplicada aos sócios que infringirem gravemente as disposições estatutárias e os princípios defendidos por este sindicato.

Artigo 14.º

Perda de qualidade de sócio

1- São causas da perda de qualidade de sócio:

a) O pedido pelo próprio de cancelamento da inscrição, apresentado por escrito ao presidente da direção;

b) A perda dos requisitos exigidos para a admissão;

c) A prática de atos contrários aos fins do sindicato ou suscetíveis de afetar gravemente o seu bom nome e honra;

d) O atraso no pagamento das quotas por período igual ou superior a três meses;

e) Os sócios que hajam sido punidos com pena de expulsão;

f) Os sócios que se encontrem na situação de licença sem vencimento, durante o período da licença.

2- Nos casos previstos no número anterior não há direito a restituição de todas as contribuições ou outras quantias pagas pelo sócio até à data da perda dessa qualidade, podendo ainda ser cobradas quantias devidas e não pagas a esse sócio que perdeu essa qualidade por serviços a este prestado pelo sindicato.

3- Mantém a qualidade de associado, embora sem obrigação do pagamento de quotas:

a) Os sócios que, por efeito de litígio, se encontrem suspensos temporariamente da atividade profissional, até ao cumprimento da pena ou do trânsito em julgado;

b) Os que tenham sido aposentados compulsivamente ou expulsos, desde que tenham recorrido judicialmente dessa decisão para o tribunal competente até ao trânsito em julgado do recurso apresentado.

Artigo 15.º

Readmissão de sócio

1- Os associados podem ser readmitidos nos termos e condições previstas para a admissão, conforme artigo 8.º destes estatutos, salvo o disposto no número seguinte.

2- No caso de o associado ter perdido essa qualidade por força do disposto no artigo 14.º, número 1, alínea d) dos presentes estatutos, a sua readmissão fica dependente da aceitação da comissão diretiva e nas condições que esta determinar.

3- No caso de o associado ter perdido essa qualidade por força do disposto no artigo 14.º, número 1, alínea e) dos presentes estatutos, a sua readmissão só será possível desde que tenham decorrido quatro anos após a aplicação da pena, mediante parecer favorável da comissão diretiva.

Artigo 16.º

Direito de defesa

1- Nenhuma sanção poderá ser aplicada sem que seja instaurado o competente processo disciplinar e ao associado tenham sido dadas todas as garantias de defesa, designadamente:

a) Notificação da acusação/participação ao sócio, para que este possa apresentar, no prazo de 10 dias úteis, a sua defesa;

b) A notificação mencionada na alínea a) será efetuada nos termos gerais de direito.

2- O processo disciplinar pode ser desencadeado pela participação de qualquer sócio.

3- A instauração do processo disciplinar cabe ao presidente do SPP/PSP que remeterá o processo para ser instruído pelo conselho de disciplina, que por sua vez remeterá para comissão diretiva decidir, com sugestão de eventual pena a aplicar e fundamentação.

4- Ao processo disciplinar, em tudo o que aqui não esteja previsto e não for com estes estatutos incompatível, é aplicável o estatuto disciplinar da PSP.

CAPÍTULO V

Dos órgãos do SPP/PSP

SECÇÃO I

Disposições gerais

Artigo 17.º

Órgãos sociais

Os órgãos do SPP/PSP são:

a) A mesa da assembleia geral;

b) A direção;

c) Conselho fiscal.

Artigo 18.º

Corpos gerentes

1- São corpos gerentes dos SPP/PSP:

a) Mesa da assembleia geral;

b) Direção;

c) Conselho fiscal.

2- Os corpos gerentes são eleitos em lista conjunta pela assembleia geral.

Artigo 19.º

Duração do mandato

A duração do mandato dos corpos gerentes do SPP/PSP é de quatro anos, podendo ser eleitos por mandatos sucessivos.

SECÇÃO II

Assembleia geral

Artigo 20.º

Constituição

A assembleia geral é constituída pela reunião de sócios efetivos no pleno gozo dos seus direitos associativos.

Artigo 21.º

Modalidades

A assembleia geral pode ter o carácter de:

a) Assembleia geral ordinária;

b) Assembleia geral extraordinária;

c) Assembleia geral eleitoral.

Artigo 22.º

Composição

1- A mesa da assembleia geral é constituída por um presidente, um vice-presidente e um secretário.

2- As reuniões da assembleia geral são orientadas pelos elementos da mesa.

Artigo 23.º

Convocação

A assembleia geral é convocada e presidida pelo presidente da mesa ou, no seu impedimento, pelo vice-presidente.

Artigo 24.º

Competências

1- Compete à assembleia geral:

- a) Eleger a mesa da assembleia geral, a direção, o conselho fiscal e o conselho de disciplina;
- b) Deliberar sobre as alterações dos estatutos;
- c) Deliberar sobre a fusão, dissolução ou qualquer outra do sindicato nos termos estatutários;
- d) Deliberar quanto a liquidação dos bens do sindicato, na altura da sua dissolução;
- e) Examinar e votar anualmente o relatório e contas da direção;
- f) Apreciar e deliberar sobre o projeto de orçamento anual e plano de atividades para o ano seguinte, apresentado pela comissão diretiva;
- g) Apreciar os atos dos corpos gerentes e, sendo caso disso, designadamente por atos de má gestão desses corpos gerentes com claro prejuízo para o sindicato, deliberar sobre a sua destituição;
- h) Fixar o montante das quotizações previstas artigo 11.º, número 1 dos presentes estatutos;
- i) Pronunciar-se e deliberar sobre todos os assuntos que respeitem aos associados e que constem da ordem de trabalhos;
- j) Deliberar sobre a filiação em federação ou confederação com outras associações sindicais, sem prejuízo do previsto no artigo 6.º dos presentes estatutos.

2- Compete, ainda, à assembleia geral deliberar sobre todos os assuntos não atribuídos a outros órgãos nos termos legais ou estatutários.

Artigo 25.º

Reunião anual

1- A assembleia geral reunir-se-á em sessão ordinária anualmente até ao dia 31 de março para discutir e votar as matérias constantes das alíneas e) do número 1 do artigo anterior, sem prejuízo de poder abordar outros assuntos constantes da convocatória respetiva.

2- A assembleia geral reunir-se-á em sessão ordinária anualmente até ao dia 10 de dezembro para discutir e votar as matérias constantes da alínea f) do número 1 do artigo anterior, sem prejuízo de poder abordar outros assuntos constantes da convocatória respetiva.

3- As deliberações serão tomadas por maioria simples dos votos, salvo nos casos em que estatutariamente se exige maioria qualificada.

Artigo 26.º

Reunião extraordinária

1- A assembleia geral reunirá em sessão extraordinária,

por iniciativa do presidente da mesa da assembleia geral, a pedido de pelo menos 50 % dos elementos da direção ou de um número mínimo de 20 % dos sócios efetivos, no pleno gozo dos seus direitos associativos, pedidos efetuados em documento individual com dados legíveis, contendo pelo menos o nome completo, número de matrícula na PSP, número de associado SPP e assinatura completa.

2- A convocação deve ser feita com a antecedência mínima de 15 dias úteis por meios eletrónicos ou digitais utilizados pelo SPP/PSP, indicando-se na convocatória o dia, hora e local da reunião e a respetiva ordem de trabalhos.

3- Quando da ordem de trabalhos constem as matérias referidas nas alíneas b), c), g) e j) do artigo 24.º, a assembleia geral será convocada com a antecedência mínima de 20 dias úteis nos mesmos termos determinados no número anterior.

4- É vedado discutir e deliberar sobre matérias estranhas à ordem de trabalhos, salvo, se antes de se iniciar a discussão das matérias constantes da ordem de trabalhos, todos os associados que comparecerem na reunião concordem com o aditamento.

5- As deliberações sobre as matérias a que se referem as alíneas b), g) e j) do artigo 24.º só serão válidas quando tomadas por um mínimo de dois terços dos votantes.

6- As deliberações sobre a matéria a que se refere a alínea c) do artigo 24.º só será válida quando tomadas por um mínimo de três quartos dos votantes.

Artigo 27.º

Funcionamento

1- As reuniões da assembleia geral funcionarão à hora marcada com a presença da maioria dos associados ou passados trinta minutos com os sócios presentes, independentemente do número.

2- As assembleias gerais não funcionarão para além das 22h00, salvo deliberação em contrário tomado pela maioria dos participantes, pelo menos meia hora antes das 22h00.

3- Em caso algum as assembleias poderão prolongar-se para além das duas horas de duração.

Artigo 28.º

Assembleia geral eleitoral

1- A assembleia geral eleitoral realizar-se-á de quatro em quatro anos, nos locais definidos em regulamento eleitoral.

2- A convocação para a assembleia geral eleitoral deve ser feita com a antecedência mínima de 20 dias por meios eletrónicos ou digitais utilizados pelo SPP/PSP, indicando-se na convocatória o dia, hora e local ou locais.

Artigo 29.º

Competências do presidente da mesa da assembleia geral

1- Ao presidente da mesa da assembleia geral compete:

- a) Convocar a assembleia geral ordinária;
- b) Convocar a assembleia geral extraordinária, sempre que estejam preenchidos os requisitos no número 1 do artigo 26.º;
- c) Convocar a assembleia geral eleitoral, de acordo com o artigo 28.º;

d) Dar posse aos corpos gerentes e assinar as respetivas atas;

e) Assumir as funções da direção, no caso de demissão desta, até nova eleição;

f) Rubricar os livros de atas e assinar as atas das sessões.

2- O presidente da mesa da assembleia geral, será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo respetivo vice-presidente.

SECÇÃO III

Direção

Artigo 30.º

Constituição

1- São órgãos de direção do SPP/PSP:

a) Dirigentes nacionais;

b) Comissão diretiva;

c) Direção executiva.

2- Os seus elementos respondem solidariamente pelos atos praticados durante o mandato para que tenham sido eleitos.

Artigo 31.º

Reuniões da direção

1- A direção reúne em sessão plenária sempre que convocada pelo presidente do SPP/PSP.

2- Por proposta do presidente, a direção pode reunir de forma restrita com a comissão diretiva, direção executiva e os coordenadores e/ou vice-coordenadores das distritais, para debater questões relacionadas com orientações estratégicas de defesa dos interesses dos associados ou do sindicato e ainda questões de organização interna.

Artigo 32.º

Competências da direção

A direção tem poder, diretivo, consultivo e orientador, nas matérias apresentadas pelos seus órgãos.

SECÇÃO IV

Dirigentes nacionais

Artigo 33.º

São os eleitos em assembleia geral, e representam o sindicato, de acordo com o presente estatuto e demais regulamentos internos.

Comissão diretiva

Artigo 34.º

Composição

1- A comissão diretiva é órgão deliberativo e verificador da direção executiva e é composta, no mínimo com 7 elementos e no máximo com 15, sendo por um presidente, um

presidente-adjunto, dois vice-presidentes, um tesoureiro, 5 secretários regionais, um secretário e 4 vogais.

2- O presidente, o presidente-adjunto, os dois vice-presidentes e o tesoureiro serão, respetivamente, os 1.º, 2.º, 3.º, 4.º e 5.º elementos da lista da direção do sindicato eleita em assembleia geral eleitoral, de acordo com a ordenação.

3- Os restantes 10 elementos são nomeados da seguinte forma:

a) Secretário a nomear em cada reunião, um secretário regional e dois vogais por indicação do presidente;

b) Dois secretários regionais por indicação do vice-presidente norte;

c) Dois secretários regionais por indicação do vice-presidente sul;

d) Um vogal por indicação do presidente-adjunto;

e) Um vogal por indicação do tesoureiro.

Artigo 35.º

Competências da comissão diretiva

Compete a comissão diretiva:

a) Deliberar sobre as grandes linhas de toda a atividade do sindicato, em identidade com os estatutos e com as decisões da assembleia geral;

b) Representar o sindicato junta da estrutura hierárquica da PSP, de órgãos de soberania e outras entidades nacionais ou estrangeiras;

c) Representar o sindicato em juízo e fora dele;

d) Elaborar e apresentar anualmente ao conselho fiscal, o relatório de atividades e as contas de cada exercício, bem com o orçamento e plano de atividades para o ano seguinte, nos termos destes estatutos;

e) Executar e fazer executar as disposições destes estatutos, as deliberações da assembleia geral, da direção e dos regulamentos internos;

f) Exercer as funções disciplinares que lhe competem nos termos estatutários, designadamente propor a instauração de processos disciplinares;

g) Decidir quais elementos que tem direito a créditos sindicais, para além dos membros da direção executiva;

h) Decidir os pedidos de inscrição dos sócios, nos termos do artigo 8.º;

i) Aceitar pedidos de demissão do sócio, nos termos da alínea i) do artigo 9.º;

j) Propor a convocação da assembleia geral para resolver os assuntos que considere dever submeter-lhe;

k) Solicitar reuniões dos corpos gerentes sempre que entenda dever fazê-lo;

l) Elaborar projeto de regulamento eleitoral, e do regulamento disciplinar do SPP/PSP, para oportuna apresentação, para debate e aprovação pela assembleia geral;

m) Elaborar e aprovar outros regulamentos internos;

n) Promover a formação de comissões técnicas ou grupos de trabalho, de carácter permanente ou provisório, a fim de colaborarem na elaboração de contractos, regulamentos ou quaisquer propostas que o sindicato entenda apresentar as entidades competentes;

o) Por proposta da direção executiva, contratar, suspender

e exonerar os funcionários do sindicato, fixar as remunerações e exercer em relação a eles o poder disciplinar, de acordo com as disposições legais;

p) Delibera sobre todas as matérias que não sejam da competência de outros órgãos do sindicato;

q) Lavrar as atas das reuniões.

Artigo 36.º

Reuniões da comissão diretiva

1- A comissão diretiva reunirá, pelo menos, de três em três meses e, no mínimo, com a maioria dos seus membros, sendo exaradas em livro de atas próprio as resoluções tomadas.

2- As deliberações são tomadas por maioria simples de todos os membros presentes. Em caso de empate, o presidente tem voto de qualidade.

3- Os membros da comissão diretiva respondem solidariamente pelos atos praticados no exercício das suas funções, exceto se tiverem apresentado oposição fundamentada à deliberação na sessão em que tiver sido tomada, ou, caso não estivessem presentes, na primeira sessão seguinte, devendo essa oposição e fundamentação constar da ata da reunião respectiva.

Artigo 37.º

Competências do presidente da comissão diretiva

1- O presidente da comissão diretiva é também o presidente da direção do sindicato, competindo-lhe:

a) Convocar e presidir às reuniões da comissão diretiva e da direção;

b) Representar o sindicato em todos os atos e organizações;

c) Expor orientações e lutas do sindicato ao nível interno e externo;

d) Propor à comissão diretiva, para decisão, os dirigentes que devem exercer funções a tempo inteiro ou parcial;

e) Nomear os coordenadores distritais, ouvidos os vice-presidentes da área;

f) Convocar as reuniões extraordinárias nos termos dos presentes estatutos;

g) Despachar os assuntos urgentes, sem prejuízo de posterior ratificação pela comissão diretiva.

2- Na sua ausência será substituído pelo presidente-adjunto.

Direção executiva

Artigo 38.º

Constituição

O presidente, o presidente-adjunto, os dois vice-presidentes e o tesoureiro serão, respetivamente, os 1.º, 2.º, 3.º, 4.º e 5.º elementos da lista da direção do sindicato eleita em assembleia geral eleitoral, de acordo com a ordenação.

Artigo 39.º

Competências da direção executiva

1- A direção executiva é o órgão de gestão, administração e de representação do sindicato a quem compete, a organização da atividade do sindicato, nos aspetos executivo, administrativo e logísticos, orientada a sua ação pelo cumprimento das decisões da assembleia geral, direção e da comissão diretiva.

2- A direção executiva, compete em particular:

a) Coordenar a atividade sindical do SPP/PSP;

b) Criar e aprovar regulamento sobre o seu funcionamento;

c) Elaborar projetos de propostas sobre a defesa dos interesses profissionais, sociais, económicos e culturais dos seus associados a apresentar as entidades competentes;

d) Garantir aos associados a mais completa informação sindical;

e) Gerir e administrar os bens e fundos do sindicato;

f) Contratar os funcionários e colaboradores do sindicato, fixar as remunerações e exercer em relação a eles o poder disciplinar, de acordo com as disposições legais, e deliberação da comissão directiva;

g) Celebrar os contractos de prestações de serviços;

h) Autorizar gastos não orçamentados, de carácter urgente para a atividade sindical;

i) Constituir mandatário ou procurador para a realização de determinados atos, para tanto devesa estabelecer em documento próprio (procuração para o efeito) e fixar em concreto o âmbito dos poderes conferidos;

j) Decidir relativamente aos pedidos de filiação;

k) Promover a formação.

Artigo 40.º

Competências dos dirigentes da direção executiva

1- O presidente da direção executiva é também o presidente da direção do sindicato competindo-lhe:

a) Coordenar toda a atividade do sindicato;

b) Convocar de acordo com o presente estatuto as reuniões dos órgãos de direção e presidir às mesmas;

c) Representar o sindicato em todos os atos e organizações;

d) Expor orientações e lutas do sindicato ao nível interno e externo;

e) Assegurar, com o tesoureiro, a gestão corrente e financeira do sindicato;

f) Propor à comissão diretiva, para decisão, os dirigentes que devem exercer funções a tempo inteiro ou parcial;

g) Nomear os coordenadores distritais, ouvidos os vice-presidentes da área;

h) Convocar as reuniões deste órgão;

i) Despachar os assuntos urgentes, sem prejuízo de posterior ratificação pela comissão diretiva;

j) Assinar os cartões de associados;

k) Distribuir funções aos restantes dirigentes.

2- O presidente-adjunto coadjuva o presidente e substitui na sua ausência.

3- Os vice-presidentes coordenam a atividade sindical na respetiva zona regional em coordenação com a restante direcção executiva.

5- O tesoureiro tem como responsabilidade toda a gestão financeira do sindicato, fiscalizando e autorizando todos os gastos que estejam de acordo com plano de orçamento aprovado, ou autorizados de acordo com o artigo anterior, número 2, alínea *h*), tendo sempre em atenção o equilíbrio das contas do sindicato.

Artigo 41.º

Reuniões da direcção executiva

A direcção reunirá pelo menos de três em três meses ou quando convocada pelo presidente.

SECÇÃO V

Distritais

Artigo 42.º

Composição

Para as distritais existentes, poderão ainda ser nomeados um a três dirigentes/delegados, um com a função de coordenador e mais um a dois com a função de vice-coordenadores que serão nomeados pelo presidente ou presidente-adjunto na ausência do primeiro, sob proposta do vice-presidente da zona.

Artigo 43.º

Distritais

1- A ação sindical a nível local é assegurada pela distrital do respetivo comando de polícia.

2- Por razões de estrutura associativa, todas as unidades orgânicas devem ser organizadas conjuntamente dentro da área em que estão localizadas (distrito) e sempre que existam distritais, organizadas dentro destas.

3- A comissão diretiva pode criar e extinguir distritais onde se justificar, conforme números 2 e 3 do artigo 2.º dos presentes estatutos.

Artigo 44.º

Competência das distritais

Compete às distritais:

a) Dinamizar a vida sindical no respetivo distrito, designadamente através da difusão das informações sindicais e de reuniões periódicas com os sócios;

b) Elaborar e manter atualizado o inventário de bens adstritos à respetiva distrital;

c) Desempenhar com eficiência todas as tarefas que nelas sejam delegadas;

d) Gerir diligentemente os fundos que eventualmente pos-

sam ser postos à sua disposição;

e) Fazer o levantamento das questões socioprofissionais do respetivo comando e dirigi-lo ao vice-presidente da zona com conhecimento do presidente-adjunto e presidente;

f) Representar o sindicato em reuniões sindicais na região, solicitadas por vice-presidente, presidente-adjunto ou presidente.

Artigo 45.º

Funcionamento

1- As distritais funcionam como determinado pela comissão diretiva.

2- Cabe ao coordenador distrital convocar e dirigir as reuniões distritais, dando conhecimento ao vice-presidente da região, devendo o resultado dessas reuniões ser lavrado em livro de atas.

SECÇÃO VI

Conselho fiscal

Artigo 46.º

Constituição

O conselho fiscal é composto por três dirigentes, um presidente e dois secretários

Artigo 47.º

Funcionamento

1- O conselho fiscal só pode funcionar com maioria dos seus membros.

2- O presidente do conselho fiscal, em caso de empate, tem voto de qualidade e define as datas de reunião em todas as resoluções que lhes digam respeito.

3- Na falta do presidente, este será substituído pelo primeiro secretário.

Artigo 48.º

Competências

1- Compete ao conselho fiscal:

a) Reunir para examinar a contabilidade do sindicato, sempre que solicitado pela comissão diretiva, elaborando relatório sumário, que deve apresentar, nos 20 dias úteis seguintes;

b) Assistir às reuniões da direcção ou da comissão diretiva para as quais tenha sido convocado ou em relação às quais tenha oportunamente requerido a sua presença e esta permitida;

c) Dar os pareceres que lhe foram solicitados pela comissão diretiva;

d) Informar a assembleia geral sobre a situação económico-financeira do sindicato, sempre que isso lhe seja requerido.

2- O conselho fiscal deverá lavrar e assinar em livro próprio as atas respeitantes a todas as reuniões.

SECÇÃO VII

Conselho de disciplina

Artigo 49.º

Constituição e competências

1- O conselho de disciplina é formado por um coordenador e dois secretários e terá sempre de reunir com a maioria dos seus elementos, tendo o seu coordenador voto de qualidade em caso de empate, nas matérias aí decididas.

2- O conselho de disciplina organiza todos os processos disciplinares e propõe o que lhe aprouver à comissão diretiva. A comissão diretiva decide e exerce o poder disciplinar.

3- Na falta do coordenador, este será substituído pelo primeiro secretário.

SECÇÃO VIII

Comissões técnicas ou grupos de trabalho

Artigo 50.º

Constituição e objetivos

1- Junto dos órgãos do sindicato podem funcionar comissões técnicas ou grupos de trabalho, de carácter permanente ou temporário, com a finalidade de coadjuvar aqueles no seu trabalho, designadamente para tratar de assuntos específicos ou para desenvolver determinadas atividades.

2- As comissões técnicas ou grupos de trabalho dependem da comissão diretiva que as instituiu, a qual pode dissolvê-los ou exonerá-los.

3- A organização dos órgãos e funcionamento das comissões técnicas ou grupos de trabalho referidos nos números anteriores é determinado pela comissão diretiva.

CAPÍTULO VI

Regime eleitoral

Artigo 51.º

Capacidade eleitoral

1- A assembleia eleitoral é constituída por todos os sócios no pleno uso dos seus direitos sindicais e que tenham as suas quotas pagas, pelo menos até três meses antes do dia das eleições.

2- Sem prejuízo do previsto no número seguinte, poderão candidatar-se às eleições os sócios que a data das eleições estejam no pleno uso dos seus direitos sindicais e inscritos no sindicato há mais de dois anos, com as quotas e todas as prestações devidas em dia.

3- Para os cargos de presidente, presidente-adjunto, tesoureiro e presidente da mesa da assembleia geral, só poderão candidatar-se às eleições os sócios no pleno uso dos seus di-

reitos sindicais e inscritos no sindicato há mais de quatro anos, com as quotas e todas as prestações devidas em dia.

Artigo 52.º

Organização do processo eleitoral

Na organização do processo eleitoral, compete à mesa da assembleia geral:

a) Marcar a data das eleições com 30 dias úteis de antecedência em relação a data em que termine o mandato dos órgãos a substituir;

b) Convocar a assembleia geral eleitoral nos termos do artigo 28.º dos presentes estatutos;

c) Organizar os cadernos eleitorais e apreciar as reclamações apresentadas.

Artigo 53.º

Cadernos eleitorais

Os cadernos eleitorais serão afixados na sede do sindicato e nas delegações distritais até ao 10.º dia útil após a data do aviso convocatório da assembleia geral eleitoral.

Artigo 54.º

Candidaturas

1- A apresentação das candidaturas poderá ser feita por um mínimo de 300 associados.

2- A apresentação das candidaturas abrange obrigatoriamente todos os corpos gerentes, deve indicar a que ato eleitoral respeitam e identificar os assinantes pelo nome completo, número de matrícula de polícia, número de sócio e assinatura legível.

3- As listas serão apresentadas até ao 10.º dia útil após a marcação da data para o ato eleitoral, sendo na mesma altura designados os seus representantes à comissão eleitoral e entregue o programa de ação.

4- A direção em funções apresentará, obrigatoriamente, uma lista, aprovada em comissão diretiva, que pode ser retirada se existirem outras listas concorrentes e assim for decidido pela comissão diretiva.

5- Da lista apresentada obrigatoriamente pela direção em funções, devem fazer parte pelo menos os primeiros cinco elementos da lista da direção em funções, mesmo que em cargos diferentes, perfazendo assim mais de 50 % dos atuais dirigentes, salvo recusa efetuada pelo próprio por qualquer meio idóneo, que contará igualmente para esta última percentagem.

6- O presidente da mesa da assembleia geral eleitoral providenciará, dentro dos cinco dias úteis posteriores ao termo do prazo para apresentação das listas aceites, a sua afixação na sede do sindicato e nas instalações das distritais.

Artigo 55.º

Comissão eleitoral

1- A comissão eleitoral é composta por um mínimo de

quatro associados no pleno gozo dos seus direitos sindicais, sendo constituída por três elementos da mesa da assembleia geral e um elemento de cada lista candidata, e é presidida pelo presidente da mesa da assembleia geral que em caso de empate, terá voto de qualidade nas matérias em que tenha de decidir.

2- A comissão eleitoral será empossada pela mesa da assembleia geral até ao limite do prazo estabelecido para a apresentação de candidaturas.

Artigo 56.º

Competência da comissão eleitoral

Compete à comissão eleitoral:

a) Verificar as condições de elegibilidade dos candidatos e receber todas as reclamações, nos oito dias úteis seguintes ao limite do prazo estabelecido para a apresentação de candidaturas;

b) Deliberar, no prazo de sessenta e duas horas, sobre todas as reclamações recebidas;

c) Dar conhecimento imediato ao(s) representante(s) da(s) lista(s) em que sejam verificadas irregularidades, para que estes procedam às correções devidas no prazo máximo de sessenta e duas horas a contar da data da comunicação;

d) Proceder, nas vinte e quatro horas seguintes ao prazo concedido na alínea anterior, à aceitação ou recusa das listas definitivas e sua comunicação;

e) Fiscalizar todo o processo eleitoral;

f) Assegurar o apuramento e manter em funcionamento as mesas de voto;

g) Proceder à divulgação dos resultados provisórios até vinte e quatro horas depois de encerradas as mesas de voto;

h) Deliberar sobre qualquer recurso interposto do ato eleitoral no prazo de quarenta e oito horas;

i) Informar a mesa da assembleia geral dos resultados definitivos do ato eleitoral nas vinte e quatro horas seguintes à resolução de eventuais recursos.

Artigo 57.º

Recurso

1- Do ato eleitoral cabe recurso para a comissão eleitoral, no prazo de quarenta e oito horas.

2- Das decisões da comissão eleitoral cabe recurso para a mesa da assembleia geral, no prazo de quarenta e oito horas.

Artigo 58.º

Campanha eleitoral

1- O período de campanha eleitoral inicia-se no 16.º dia útil após marcação da data do ato eleitoral e termina quarenta e oito horas antes da realização deste.

2- O sindicato deve assegurar a utilização dos seus serviços de forma igual e equitativa a todas as listas candidatas.

Artigo 59.º

Votação

1- O voto é direto e secreto.

2- Não é permitido o voto por procuração.

3- É permitido o voto por correspondência desde que:

a) O voto seja assinalado em impresso próprio, onde constem todas as listas concorrentes e depois de dobrado em quatro, inserido em subscrito fechado;

b) Os subscritos a que se refere a alínea anterior devem ser inseridos dentro de outro subscrito, juntamente com carta onde conste em letra legível, nome completo, número matrícula policial, número de sócio e assinatura do sócio;

c) Os subscritos devem ser enviados para a sede do SPP/PSP, dirigidos ao presidente da assembleia eleitoral e só serão considerados os que chegarem até ao dia/hora do fecho das urnas.

CAPÍTULO VII

Dos delegados sindicais

Artigo 60.º

Delegados sindicais

1- Os delegados sindicais serão eleitos por voto direto e secreto efetuado pelo presidente, presidente-adjunto e vice-presidente da área, devendo ser eleitos em todos os locais considerados necessários.

2- Poderá o presidente autorizar excecionalmente a eleição por voto direto dos associados da respetiva unidade orgânica, nomeadamente por proposta do vice-presidente da zona.

3- Todos os interessados em serem delegados, poderão manifestar o seu interesse por escrito para o e-mail institucional do SPP.

4- Os delegados sindicais poderão a qualquer momento ser destituídos pela comissão diretiva, sob proposta do presidente, presidente-adjunto ou vice-presidente da área.

5- No desempenho das suas funções os delegados sindicais serão devidamente credenciados pelo sindicato.

Artigo 61.º

Cessação de funções

Os delegados sindicais cessarão o seu mandato com os corpos gerentes do sindicato.

Artigo 62.º

Competências

Compete aos delegados sindicais estabelecer a ligação entre sindicato e sócios, designadamente:

a) Defendendo os interesses dos associados nos respetivos locais de trabalho;

- b) Distribuindo informação sobre a atividade sindical do SPP/PSP;
- c) Participando nas reuniões para que forem convocados.

CAPÍTULO VIII

Do regime financeiro

Artigo 63.º

Exercício anual

O exercício anual corresponde ao ano civil.

Artigo 64.º

Receitas e património

- 1- São receitas do sindicato:
 - a) O produto das joias e das quotas;
 - b) As doações ou legados;
 - c) Quaisquer outras, designadamente subsídios ou donativos, que legalmente possam ser atribuídos ao sindicato.
- 2- Os valores serão depositados em instituição bancária em conta aberta para esse efeito, cujo titular é o sindicato.
- 3- Todos os documentos de cariz financeiro ou contabilístico, que requeiram assinatura, serão obrigatoriamente assinados pelo tesoureiro e pelo presidente ou na impossibilidade deste, pelo presidente-adjunto.
- 4- O acesso aos códigos dos cartões de débito e crédito, e dos acessos bancários/contas online, serão do exclusivo conhecimento do tesoureiro e do presidente, bem como a utilização desses cartões e dessas contas online, e estes devem diligenciar pela sua boa utilização, devendo esta ser sempre justificada para efeitos contabilísticos e de gestão financeira.
- 5- Em casos excecionais, podem ser disponibilizadas verbas as distritais, ficando a sua boa utilização sob a responsabilidade do vice-presidente da área ou respetivo coordenador, devendo ser justificadas ao tesoureiro através da apresentação de relatório respetivo, devidamente assinado, anexando os documentos de despesas e receitas, quando existam.
- 6- O património do SPP/PSP é composto por todos os bens móveis e imóveis, bem como pelo rendimento desses bens.
- 7- Em caso algum pode o património do sindicato ser dividido ou partilhado.

Artigo 65.º

Despesas

As despesas do sindicato são as devidamente aprovadas em assembleia geral, que constam do projeto de orçamento anual e plano de atividades apresentado pela comissão diretiva, assim como todas as que sendo urgentes, sejam devidamente fundamentadas e aprovadas em comissão diretiva, e indispensáveis à realização dos fins do sindicato e da atividade sindical.

Artigo 66.º

Vinculação

- 1- O SPP/PSP vincula-se desde que os respetivos docu-

mentos sejam assinados por, no mínimo, dois dirigentes da direção executiva, sendo obrigatoriamente um deles o presidente.

2- Os documentos referentes aos meios financeiros e contabilísticos deverão ser obrigatoriamente assinados pelo tesoureiro e pelo presidente.

CAPÍTULO IX

Alteração dos estatutos

Artigo 67.º

Modo de alteração

Os presentes estatutos só podem ser alterados em assembleia geral expressamente convocada para esse efeito e a respetiva proposta terá de ser aprovada por voto direto como determinado no número 5 do artigo 26.º

Artigo 68.º

Divulgação

O projeto de alteração deverá ser afixado na sede e nas instalações das delegações distritais, devendo ser garantida que essa informação estará disponível para os sócios que assim o pretendam, pelo menos com dez dias de antecedência em relação à assembleia geral referida no artigo anterior.

CAPÍTULO X

Extinção SPP/PSP

Artigo 69.º

Fusão, extinção ou qualquer outra transformação

No caso de fusão, dissolução ou qualquer outra transformação que implique decisão sobre o património do SPP/PSP, a assembleia geral deliberará sobre o destino a dar a todos ou a parte dos bens do seu património, sob proposta da comissão diretiva, sendo que nenhum sócio poderá receber, a qualquer título, património do sindicato.

CAPÍTULO XI

Disposições gerais e transitórias

Artigo 70.º

Corpos gerentes e duração de mandatos

O mandato dos atuais corpos gerentes é de 3 anos, contados desde da data sua eleição, devendo assim ser realizadas eleições findo esse período.

Artigo 71.º

Regulamentação

A regulamentação da atividade das diversas estruturas, em tudo o que não for previsto nos presentes estatutos, será

feita em regulamento próprio, discutido e aprovado de acordo com a alínea m) do artigo 35.º

Artigo 72.º

Norma revogatória

Com a entrada em vigor destes estatutos, os anteriores estatutos do SPP/PSP ficam revogados.

Artigo 73.º

Entrada em vigor

Os presentes estatutos entram em vigor logo após a sua aprovação em assembleia geral convocada para o efeito.

Registado em 25 de janeiro de 2021, ao abrigo do artigo 449.º do Código do Trabalho, sob o n.º 2, a fl. 196 do livro n.º 2.

II - DIREÇÃO

...

ASSOCIAÇÕES DE EMPREGADORES

I - ESTATUTOS

FEP - Federação Empresarial para o Pequeno Comércio e Serviços Português - Alteração

Alteração de estatutos aprovada em 30 de novembro de 2018, com última publicação no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 23, de 22 de junho de 2016.

CAPÍTULO I

Natureza, âmbito e fins

Artigo 1.º

(Denominação)

A FEP - Federação Empresarial para o Pequeno Comércio e Serviços Português, adiante designada por FEP, é uma organização de associações empresariais sem fins lucrativos e durará por tempo indeterminado.

Artigo 2.º

(Sede)

1- A FEP tem a sua sede em Espinho, a qual pode ser transferida para outro local mediante deliberação da assembleia geral.

2- A FEP abrange todo o território nacional.

Artigo 3.º

(Composição)

A FEP é composta pelas associações empresariais representativas do pequeno comércio grossista e retalhista e de prestação de serviços sediadas em Portugal e que nela estejam inscritas, consistindo este nas empresas e estabelecimentos de venda a grosso e a retalho e de prestação de serviços com menos de cinquenta trabalhadores ao seu serviço, um volume de negócios anual que não exceda sete milhões de euros ou um balanço total anual que não exceda cinco milhões de euros e que não são propriedade, em 25 % ou mais, do capital ou dos direitos de voto de uma empresa ou, conjuntamente, de várias empresas que não se enquadrem na definição de pequena empresa.

Artigo 4.º

(Objeto e finalidades)

1- A FEP tem como objeto o fomento e apoio ao sector do pequeno comércio e de prestação de serviços, conforme definido no artigo 3.º

2- A FEP propõe-se:

a) Representar, interna e externamente, a atividade económica representada e contribuir para o progresso da economia de mercado e da iniciativa privada;